

## **ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: A EXPERIÊNCIA DA TERCEIRA ITÁLIA E DO MUNICÍPIO DE CATALÃO, GOIÁS, BRASIL**

Vanessa Marzano Araújo<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Nos últimos anos, diversas agências governamentais, cientistas e organismos internacionais, passaram a recomendar as políticas de desenvolvimento territorial com enfoque micro e mesoeconômico, percebendo a importância do local, mesmo em tempos de globalização econômica. O objetivo desse trabalho é estudar o “Projeto de Desenvolvimento Territorial” que está sendo implementado no município de Catalão, GO. Aborda as teorias do desenvolvimento e mostra a “Terceira Itália” como modelo de desenvolvimento territorial. A região italiana do *mezzogiorno* apresentou um significativo crescimento econômico sem nenhuma indução de políticas públicas ou previsão de expansão. Houve o renascimento de setores tradicionais (vestuário, móveis e calçados) frequentemente associado a alguma inovação tecnológica. Como resultado, o projeto catalano apresenta dificuldade em estruturar-se por ser considerado de “desenvolvimento”. Por outro lado, mostra a importância de articulação de uma rede local de micro e pequenas empresas para facilitar a inovação tecnológica.

**Palavras Chaves:** Desenvolvimento territorial; Catalão; Terceira Itália.

### **TERRITORIAL DEVELOPMENT STRATEGIES: THE EXPERIENCE OF THIRD ITALY AND CATALÃO - GOIÁS, BRAZIL**

### **ABSTRACT**

In the last years, several governmental agencies, scientists and international organizations started to recommend the politics of territorial development with micro and meso-economic approach, noticing the local importance, even in times of economical globalization. The objective of this paper is to study the “Territorial Development Project” that is being implemented in Catalão city, GO. The adopted methodology was the qualitative analysis. It broaches the theories of the development

---

<sup>1</sup> Professora Assistente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus Catalão. Doutoranda em Economia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: vanessamarzano@yahoo.com.br.

and shows the “Third Italy” as a model of territorial development. The Italian region of the *mezzogiorno* presented a significant economic growth without any induction of public policies or expansion prediction. There was the revival of traditional sectors (dressing, furniture and shoes) frequently associated to a technological innovation. As a result, the Catalano project presents difficulty for structure being considered “development”. On the other hand, shows the importance of articulating a local network of micro and small enterprises to facilitate technological innovation.

**Keywords:** Territorial development; Catalão; Third Italy.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, diversas agências governamentais, cientistas e organismos internacionais, passaram a recomendar as políticas de desenvolvimento territorial com enfoque micro e mesoeconômico, percebendo a importância do local, mesmo em tempos de globalização econômica. É preciso compreender que a globalização não se apresenta como caminho único para todas as nações que procuram estar conectadas num mundo contemporâneo. Reis (2002) apresenta dois outros universos: o da “não-globalização” e o das “trajetórias inesperadas”. O universo da não-globalização inclui aqueles territórios que foram excluídos ou apresentaram alguma forma de resistência à globalização. Já o universo das trajetórias inesperadas constitui-se de universos locais que podem se tornar globais, sem serem excluídos, porém, partem de contextos próprios.

O universo das trajetórias inesperadas mostra que não há um único caminho a ser seguido por políticas desenvolvimentistas. Algumas vezes, conforme ocorreu com a chamada “Terceira Itália”, nem sequer houve participação do Estado na indução de um distrito industrial fundamentado em micro e pequenas empresas. Portanto, torna-se fundamental respeitar as trajetórias locais diante de um mundo contemporâneo, com sua cultura e seus valores sociais. Projetos desenvolvidos em gabinetes de organismos internacionais ou governamentais, sem inserção no meio local, nem sempre conseguem captar todos os valores de uma economia impura e correm sérios riscos de fracassar. O que não quer dizer que o apoio governamental ou internacional seja prejudicial, apenas chama atenção para importância de respeitar os valores e a cultura de cada país ou região.

Nesse momento, é importante verificar como as estratégias que pretendem impulsionar o desenvolvimento de um território são traçadas e implantadas pelos diversos setores. Diferentemente do caso italiano, alguns territórios são alvos de políticas que pretendem atuar em sua estrutura com finalidade de desenvolver um ou mais setores da economia. É o caso do município de Catalão, estado de Goiás, onde o Banco Interamericano de Desenvolvimento irá disponibilizar recursos financeiros para fomentar o setor automobilístico.

O objetivo desse trabalho é estudar o “Projeto de Desenvolvimento Territorial” que está sendo desenvolvido no município de Catalão, GO. Para tanto, faz um resgate das políticas desenvolvimentistas que foram seguidas no Brasil e apresenta as modernas teorias do desenvolvimento. Em seguida, mostra o caso da “Terceira Itália” que é reconhecido na literatura internacional como um modelo ideal de desenvolvimento territorial. Assim, torna-se possível a comparação com o município goiano, verificando suas especificidades. Na próxima sessão, são apresentadas as considerações finais.

## 2. NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

O corpo teórico que permeia este trabalho tem por objetivo permitir uma análise da economia que vai além da simples troca utilitarista das tradições clássica e neoclássica. Assim, pretende olhar o mercado não apenas como a quantidade de firmas que o integra, os bens que são transacionados ou a diferenciação dos produtos. Mas, o mercado visto como uma construção social, onde existem desde conflitos previstos ou imprevistos até soluções que possam trazer melhoria na qualidade de vida e renda de uma população.

Neste contexto, o paradigma mais adequado é aquele que ficou conhecido durante os anos de 1980 como: “Nova Sociologia Econômica”, pois parte de uma nova visão crítica aos pressupostos clássicos e neoclássicos da economia. Para tanto, utiliza instrumentos próprios da sociologia para subsidiar a análise de fenômenos econômicos, melhor descrito pelo termo cunhado por Karl Polanyi: *embeddedness* que significa a imersão da economia na vida social (STEINER, 2006).

Reis (2007, p.9) afirma que o “debate econômico é muito mais plural e diversificado do que muitas vezes se supõe”. Assim, pretende-se entender o lado “impuro” da economia, ou seja, alargar os princípios utilizados pelo *mainstream*

econômico. Dessa forma, o autor mostra que o comportamento humano é dinâmico, incerto, cheio de valores, rotinas, hábitos, cultura; indo além da racionalidade instrumental e do cálculo utilitarista predominante na teoria clássica. Consolidam-se estruturas sociais e políticas, ou seja, as instituições que permitem criar uma conjuntura relativamente estável para que os atores possam agir, inovar e criar. Portanto, é possível competir e cooperar em um contexto amplo, permitindo momentos de conflito e de consenso, mostrando que o desenvolvimento de um território não é fruto apenas dos recursos e tecnologias de que dispõe, mas também de sua organização coletiva.

### **3. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**

O modelo de desenvolvimento implantado no Brasil, após a opção pela industrialização, pautou-se no Estado-empresário. Dessa forma, coube ao setor público proporcionar a infra-estrutura, além de proteger o mercado interno, para que o empresariado privado tivesse condições de se estabelecer. Tal modelo foi baseado na racionalidade instrumental, sem preocupações com distribuição de renda de maneira mais igualitária entre a população. Não havia espaços de discussões com a sociedade civil, nem identificação de uma estratégia autônoma de desenvolvimento. Os diferentes territórios deveriam convergir para um mesmo objetivo, trilhando caminhos homogêneos que conduzissem ao desenvolvimento (ANDRADE, 1987).

Nesse contexto, surgiram as agências de desenvolvimento que deveriam planejar e operacionalizar a execução dos planos em suas respectivas áreas geográficas são exemplos a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e a Superintendência de desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. A visão dos formuladores de política econômica brasileira foi influenciada pela teoria dos pólos de desenvolvimento, pois acreditam que há uma tendência de certas atividades econômicas se desenvolverem sob a influência de pólos, o que é devido às chamadas economias de aglomeração, cuja maior parte deve-se aos efeitos de escala ou de indivisibilidade. Bernardes (2002) mostra que a diferença entre as regiões, de acordo com a Teoria dos Pólos, reduziu-se com o avanço do desenvolvimento, pois o crescimento seria capaz de se expandir para as regiões circunvizinhas.

A partir de 1980, tal modelo começa a receber críticas, pois não aborda teorias sobre a distribuição da renda gerada. Além de aumentar as disparidades regionais,

agravou-se a pobreza, entre outros problemas. O Brasil ficou conhecido como um dos países mais desiguais do mundo. Sendo assim, tornou-se fundamental identificar um modelo que pudesse impulsionar o desenvolvimento, principalmente quando se trata de regiões empobrecidas. Analisando a conjuntura econômica, Abramovay (2003) propõe duas possíveis orientações. A primeira delas é o conhecido modelo industrial, articulando setores inovadores e agricultura em grande escala, exportadora e tecnificada que se constituiriam em motores de crescimento com a capacidade de atrair capitais, gerar emprego e renda, além de dar dinâmica a economia local.

A segunda orientação proposta está baseada no estímulo às iniciativas locais, com menor escala de produção. Dessa forma, acredita-se que há maior probabilidade de apropriação dos resultados econômicos pela população local, através da consolidação dos territórios onde a proximidade geográfica estimula a troca. Jeziorny (2009) chama atenção para a construção social que está associada ao conceito de território. Assim, ganham importância a forma como as pessoas interagem, a cultura de determinada região, os laços de confiança e de amizade. É possível a criação de novas estratégias, geração de conhecimento e inovação tecnológica. Cada território é singular e pode buscar seu próprio caminho em prol de melhores condições de vida para a população.

Graziano da Silva (2001) também compartilha da segunda orientação de Abramovay (2003) ao ressaltar a importância das iniciativas locais para geração de um ciclo de crescimento virtuoso, através da formação de redes locais de produção e serviços. Isso possibilita a incorporação de um maior número de pessoas ao mercado consumidor. Dessa forma, o recurso financeiro circula na economia local, podendo evitar ou minimizar os chamados “vazamentos” e a fuga de capitais para economia mais dinâmica. Assim, eleva-se o efeito multiplicador da renda na região.

O estudo do desenvolvimento local procura ganhar contornos mais flexíveis e mais abertos sobre a visão de mundo. Há uma busca pela compreensão da interação entre o abstrato e o concreto para constituir o todo. Nesse contexto, é preciso considerar as variedades simbólicas das situações vividas e dos percursos, pois a história do desenvolvimento mostra que não há “verdades absolutas”. Assim, Zaoual (2006, p.31) define o *homo situs* que é o “homem concreto em seu espaço vivido”. Portanto, o autor propõe a concepção de um “espaço pensado” a qual ele denomina “sítio” onde busca

inserir na análise econômica o espaço em que o ser humano acredita e vive, repensam os lugares em suas especificidades e privilegia a análise micro e mesoeconômica.

Os sítios não são espaços fechados, ao contrário, constituem-se em espaços abertos aos múltiplos ambientes, quer sejam regionais ou globais. Sendo assim, pode moldar e ser moldado, porém, ao ser perturbado por um elemento estranho (intruso) sempre busca a estabilidade, recompondo-se. Por isso, o mundo criado pelo sítio é capaz de se auto-organizar. Zaoual (2006) ressalta que a auto-organização só é possível pela existência de três caixas.

A caixa preta feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas; a caixa conceitual, que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante a sua trajetória. Por fim, a caixa de ferramentas que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação, próprios ao contexto (Zaoual, 2006, p.32).

As três caixas de Zaoual (2006) estão em sintonia com o conceito formulado por Putnam de “capital social” que “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade” (2000, p.177). O capital social possui características distintas dos demais tipos de capital, constitui-se em um bem público, baseado em uma cadeia de relações sociais com grande confiança entre seus atores. Por isso, a cooperação torna-se indispensável para seu uso e aumento do estoque. Além de fortalecer a solidariedade voluntária.

Eduardo Moyano Estrada (1999) ao estudar as características que constituem o capital social chamou atenção para o caráter polissêmico que tal conceito vem ganhando ao longo dos anos, sendo utilizado para explicar uma grande gama de políticas desenvolvimentistas, com estratégias contraditórias. Ainda afirmou que nem sempre o capital social traz efeitos positivos, em alguns casos, tornam-se negativo, como as políticas clientelistas e coronelistas. Por isso, é preciso cautela ao designar determinados conceitos às políticas desenvolvimentistas e também ao estabelecer paradigmas teóricos para tentar explicar todos os contextos sociais. Há casos de sucessos, como a Terceira Itália que será apresentada a seguir, onde o capital social e o estímulo às iniciativas locais trouxeram desenvolvimento econômico e prosperidade para os cidadãos, mas tais casos devem ser vistos como comparativo.

#### 4. A TERCEIRA ITÁLIA

A partir das décadas de 1960 e 1970 um fenômeno chamou a atenção de estudiosos e especialistas de diversas áreas do conhecimento como a economia, sociologia, antropologia, entre outras. Esse fenômeno pode ser descrito como a passagem de uma economia agrícola para uma economia industrializada, com base em pequenas empresas ocorrido na Itália, mais especificamente, em uma região conhecida como *Mezzogiorno* (BAGNASCO, 1999).

O *Mezzogiorno* era uma região subdesenvolvida da Itália que apresentou um significativo crescimento econômico sem nenhuma indução de políticas públicas ou previsão de expansão. Houve o renascimento de setores tradicionais (vestuário, móveis e calçados) frequentemente associado a alguma inovação tecnológica que ocorreu tanto em técnicas de produção quanto em técnicas de gestão. Essa região, composta em parte do Centro, Nordeste e Noroeste do país Italiano, também ficou conhecida como a “Terceira Itália”. Ali estão localizados os municípios de Milão, Turim, Bolonha, Florença, Ancona, Veneza, Modena e Gênova. Conforme pode ser visto no Mapa 01.



Mapa 01: Localização da região italiana conhecida como *Mezzogiorno*  
Fonte: Portalitalia (2010).

Dentre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da pequena empresa italiana, pode se destacar a questão cultural. Os trabalhadores começaram a esboçar reações as suas tarefas em grandes indústrias onde, muitas vezes, tornam-se repetitivas, não exigindo muitos conhecimentos. Também há a radicalização das relações capital-trabalho. Por isso, começaram a vislumbrar que a pequena empresa poderia ser uma boa alternativa, pois proporciona condições mais flexíveis de uso da mão-de-obra, também abre maiores oportunidades para implementação de inovações tecnológicas.

Becattini (1999) lembra que as vantagens obtidas pela produção em grande escala em uma organização de grande porte também podem ser obtidas pelo somatório de pequenas empresas que atuam em um mesmo território ao recorrer a um único mercado de trabalho local. Constituindo-se assim ao que o economista Alfred Marshall chamou de distrito industrial. De acordo com Lins (2000, p.235) distritos industriais:

São concentrações geográficas de firmas setorialmente especializadas, principalmente de pequeno e médio porte (PMEs), onde a produção tende a ocorrer verticalmente desintegrada (devido à especialização das empresas em diferentes fases do processo produtivo) e em meio a relações interfirmas a montante e a jusante (fornecedores-clientes), mercantis e não mercantis e simultaneamente cooperativas e competitivas.

A região também se beneficiou do chamado “campo urbanizado”, ou seja, havia interação entre o setor rural e urbano. A região era constituída por municípios de pequeno ou médio porte, com uma rede de empresas comerciais, artesanais, fábricas de produção em série limitada e bancos. Também possuía boa infra-estrutura de rodovias e serviços administrativos eficientes prestados pelo Estado. A importância do rural está na formação familiar autônoma, pois as famílias eram proprietárias de pequenos lotes de terra. Alguns membros dessas famílias constituíram ou foram prestar serviços nas pequenas empresas. Estavam culturalmente acostumados a trabalhar com autonomia e mobilidade, tornando-se polivalentes. Assim, as pessoas poderiam somar as rendas do trabalho assalariado prestado para as pequenas empresas com as rendas suplementares obtidas no meio rural. Esse somatório proporcionou maior acumulação de capital (BAGNASCO, 1999).

A conjuntura econômica mundial aliada ao fenômeno cultural descrito acima também contribuiu para o desenvolvimento da pequena empresa, pois havia uma demanda mundial por bens de consumo não-padronizados ou, utilizando-se a

denominação de Storper (1999): “não-estandarizados”, facilitando a flexibilização e diversificação da produção.

Todos esses aspectos contribuíram para criar um bom clima social, cultural e político direcionado para o desenvolvimento da pequena empresa. Bagnasco (1999) resume os pontos fundamentais do fenômeno. São eles: pequenas acumulações de capital inicial distribuído pelo maior número de empresários potenciais (famílias de artesãos, comerciantes, agricultores, etc.); capacidades de gestão; qualificações técnicas; estruturas relacionais que proporcione confiança recíproca e bom clima social que constitui em um recurso imprescindível para qualquer tipo de desenvolvimento. Já Becattini (1999) destaca a coexistência singular de concorrência e solidariedade entre as empresas, reduzindo os custos de transação no mercado local; inovação favorecida pelo “clima industrial”; grande mobilidade, tanto horizontal quanto vertical, dos postos de trabalho; cooperação para alcançar objetivos econômicos, geográficos e sociais.

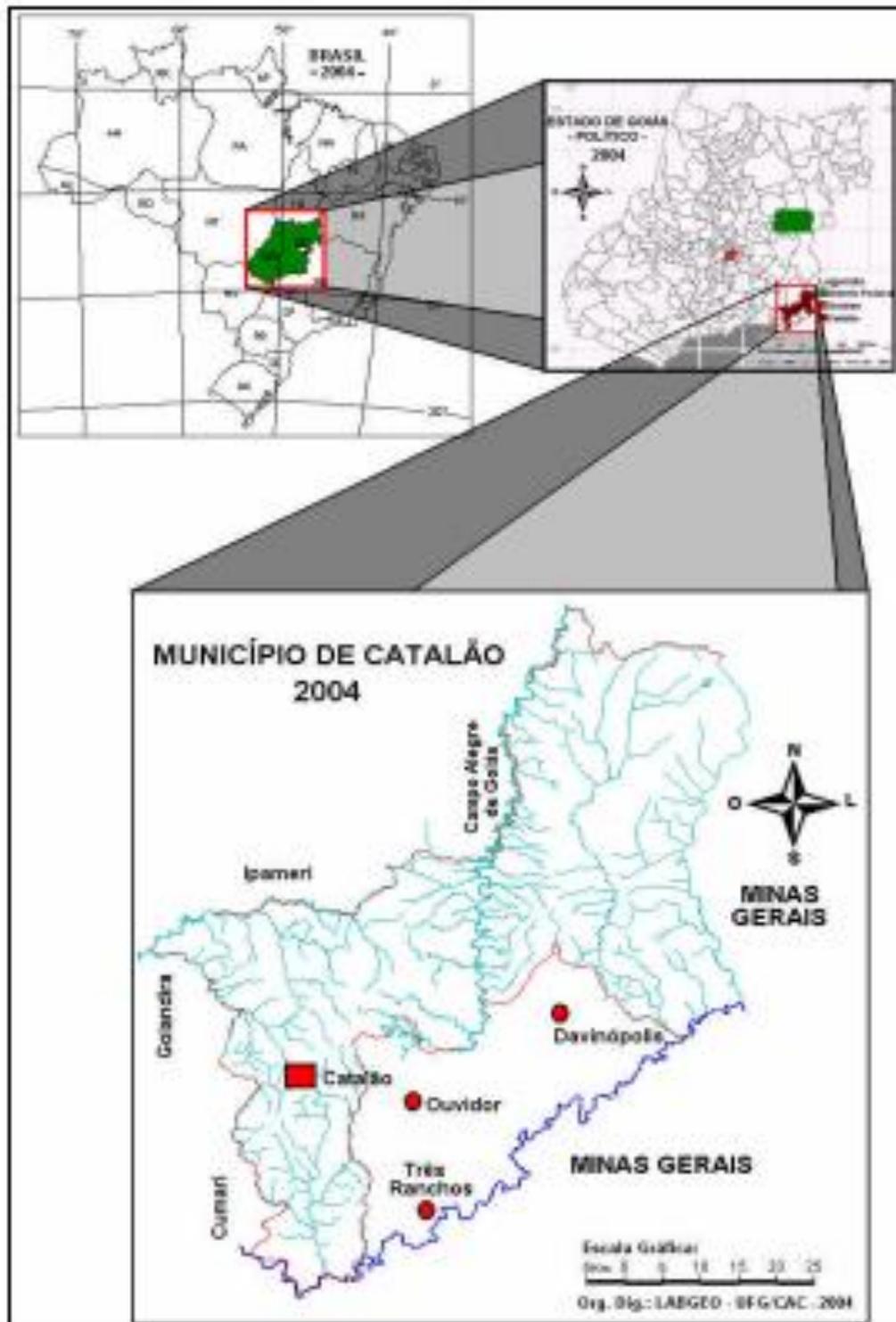
É importante ressaltar que o desenvolvimento da Terceira Itália ocorreu em um contexto específico. Portanto, deve ser utilizado como um exemplo para ser comparado com outras realidades, sendo possível distinguir quais são as semelhanças e quais são as diferenças. Não deve ser imitado, pois não se conseguirá reproduzir todas as condições econômicas, sociais e principalmente culturais. O somatório de todos esses fatores é que confere a singularidade de cada território.

## **5. O MUNICÍPIO DE CATALÃO, GOIÁS, BRASIL**

O caso da Terceira Itália abordado na sessão anterior servirá de exemplo para análise da realidade do município de Catalão, GO onde está sendo implantado um “Projeto de Desenvolvimento Territorial” com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e da Confederação Nacional das Indústrias – CNI, entre outros parceiros.

O Estado de Goiás apresenta destaque crescente no cenário nacional por sua participação na constituição do Produto Interno Bruto – PIB do país. Entre as atividades, pode-se destacar o agronegócio, principalmente no sudoeste do estado; o setor hoteleiro, por causa das estâncias hidroclimáticas e o setor industrial, devido à política de isenção de impostos praticada pelo Estado. O município de Catalão localiza-

se no sudeste do Estado de Goiás. Em 2010, sua população estimada foi de 86.647 habitantes, com uma área de 3.821 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). O Mapa 2 a seguir permite observar a localização do município de Catalão, Estado de Goiás, Brasil.



Mapa 02: Localização do município de Catalão.

Fonte: Pedrosa e Mesquita, 2005.

O Produto Interno Bruto do município está entre os maiores do Estado, em 2007 registrou a terceira posição, ficando atrás apenas da capital, Goiânia e de Anápolis. A economia catalana possui indústria forte, setor de comércio e serviços bem estruturado, agropecuária produtiva. Além de ser beneficiada pelos recursos minerais em seu território, razão pela qual sedia o Distrito Mínero-Industrial – Dimic, de propriedade do governo do Estado (IBGE, 2010). As principais indústrias instaladas na região são as montadoras Mitsubishi e John Deere. Algumas outras empresas também merecem destaque, como a Mineração Catalão, Copebrás e Fosfertil.

O município também apresenta indústria de vestuário bastante significativa, com cerca de cento e cinquenta micros e pequenas empresas formais e informais. O segmento de destaque é o da moda íntima feminina. Desde 2006, o setor vem recebendo apoio do Instituto Euvaldo Lodi – IEL, do Serviço Nacional da Indústria – SENAI, entre outros para a organização do programa de desenvolvimento econômico de Arranjo Produtivo Local – APL. As ações de destaque estão na capacitação de recursos humanos e assistência técnica (SENAI, 2010).

Com essa projeção econômica, tendência de crescimento e a perspectiva de atração de novas empresas, o município vem atraindo cada vez mais migrantes a procura de novas oportunidades no mercado de trabalho. Nos últimos anos, houve grande valorização dos imóveis, com destaque para o preço dos lotes e aluguel de casas. Essa constante interação de novos moradores dificulta a consolidação do capital social local.

No ano de 2009 houve a implantação de um projeto pelo BID e parceiros que foi denominado de “Projeto de Desenvolvimento Territorial”, com aporte de recursos financeiros da ordem de US\$6,5 bi. Seu objetivo é fomentar/desenvolver e apoiar as micros e pequenas empresas. O projeto catalano faz parte de macroprojeto em quatro estados. Acre, fomento do setor de madeira e móveis; Espírito Santo, rochas ornamentais; Pernambuco, Complexo Portuário de Suape. E o estado de Goiás, a cadeia automotiva. Os municípios goianos beneficiados são Anápolis e Catalão. E, a montadora Mitsubishi é a indústria âncora e beneficiária do projeto no município de Catalão.

A duração prevista do projeto é de quatro anos, pretendendo atuar em alguns eixos fundamentais. Durante o ano de 2009 desenvolveu-se a consolidação da governança local em que se buscou consolidar o Eixo 1: Divulgação do projeto no município e consolidação da rede de parceiros demandantes de ações do projeto. Foram realizados seminários e oficinas para a população local. Tais eventos foram promovidos pelo SENAI, Confederação Nacional das Indústrias em parcerias com os sindicatos locais, com foco em seus associados. O SENAI também anunciou um curso de “Elaboração de Projetos” visando a captação de recursos disponibilizados pelo BID.

Ainda será implantado o Eixo 2: Desenvolvimento empresarial. Com ações de distribuição dos recursos financeiros e assistência técnica. E também o Eixo 3: Fomento às iniciativas inovadoras e Eixo 4: monitoramento do projeto, lições aprendidas e difusão dos resultados.

O SENAI, através do responsável estadual pelo projeto, informou que não há nenhuma divisão igualitária entre os quatro estados que participam do projeto. O critério utilizado será o lançamento de editais de inovação a partir de março de 2010. Cada micro/pequeno empresário poderá apresentar propostas para captar recursos. Tais propostas serão analisadas, caso sejam consideradas de interesse da indústria âncora (Mitsubishi), os recursos serão liberados. É preciso ressaltar que não há nenhum tipo de financiamento, o recurso liberado é a fundo perdido. Portanto, o município ou estado que tiver a capacidade de apresentar tais projetos, de acordo com a proposta para cada região, irá captar um volume maior de recursos.

Buscar-se-á fomentar todos os elos da cadeia produtiva, o entrevistado citou como exemplo a alimentação e segurança. Também deixou claro não se trata de um projeto filantrópico, ou seja, os recursos financeiros somente serão liberados se atenderem aos critérios dos editais. Também falou a respeito do estímulo à cooperação e competição (coopetição). A Universidade Federal de Goiás, através do Campus Avançado de Catalão foi convidada para integrar o projeto. Inicialmente foi feito um levantamento de todos os produtos/serviços adquiridos pela montadora em outras universidades e os professores, principalmente ligados às áreas tecnológicas foram consultados sobre a viabilidade de se ofertarem tais produtos. Os professores destacaram que precisam investir em laboratórios e que no momento, não podem

oferecer cerca de 60% do total de produtos/serviços solicitados. Porém, esperam conseguir captar recursos para atenderem à demanda em um futuro próximo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi estudar o “Projeto de Desenvolvimento Territorial” que está sendo implantado no município de Catalão, GO. Destaca-se que o arranjo produtivo local catalano possui características muito diferentes da realidade italiana que surgiu espontaneamente e em diversos setores. Já o caso de Catalão, trata-se de políticas do tipo “*bottom up*” que foram descritas por Howells (2005) como sendo dimensionadas por autoridades, governo e agências locais para depois integrar-se aos programas desenvolvidos a nível nacional.

O “Projeto de Desenvolvimento Territorial” ainda está na sua fase dois e, portanto, não apresenta resultados definitivos para serem analisados, apenas algumas considerações parciais que podem, inclusive, ajudar na continuidade do projeto pelos próximos dois anos e meio de duração. Por isso, serão destacados alguns pontos positivos e outros negativos.

Como ponto negativo apresenta-se a dificuldade de implantação de um projeto de “desenvolvimento” territorial, pela própria definição do que seja desenvolvimento. De acordo com Amartya Sen (2003) o desenvolvimento pode ser observado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Por isso, tal projeto deve beneficiar toda a população de uma região e não apenas o setor automotivo. Talvez fosse mais viável também apoiar outros setores da economia, como o setor de *lingerie* que é bem desenvolvido na região.

Os aspectos positivos estão ligados à articulação de uma rede de mobilização dos atores locais, em uma rede de micro e pequenas empresas que interajam entre si. Caso tais empresas consigam ser “inovadoras” poderá trazer fluxos financeiros para a região e dinamizar a economia local.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte. In: 1º Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza, 2003.

ANDRADE, M. C. Espaço, polarização e desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 1987.

BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: Cocco, G., Urani, A. e Galvão, A.P. (orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: Cocco, G., Urani, A. e Galvão, A.P. (orgs) Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1999.

BERNARDES, Elaine Mendonça. Desenvolvimento do Vale do Tietê-Paraná: um enfoque de estoques de capitais. Tese (doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002. 152 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001. 47 p. (Série Textos para Discussão, nº 2).

HOWELLS, J. Innovation and regional economic development: A matter of perspective. In: Research Policy, Volume 34, Issue 8, October 2005, pp. 1123-1282.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Informações municipais*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 dez. 2010.

IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XIII, (2): 29-68, Agosto-Dezembro, 1999.

JEZIORNY, D. L. Território Vale dos Vinhedos. Instituições, Indicação Geográfica e Singularidade na Viticultura da Serra Gaúcha. Uberlândia, dissertação (mestrado). IE/UFU, 2009.

LINS, Hoyêdo. Clusters Industriais, Competitividade e Desenvolvimento Regional: Da experiência à Necessidade de Promoção. In: Estudos Econômicos. Vol 30, n 2, p. 233-265, abril-junho, 2000.

MOYANO-ESTRADA, E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. Uberlândia: Revista de Economia Ensaios, vol 13-14, 1999.

PEDROSA, L. E.; MESQUITA, R. Diagnóstico e Monitoramento Socioambiental da cidade de Catalão, GO e entorno. Catalão: UFG, 2005.

PORTAL ITÁLIA. Disponível em: < [http://www.portalitalia.com.br/vinhos/imagens/mapa\\_italia.jpeg](http://www.portalitalia.com.br/vinhos/imagens/mapa_italia.jpeg)> Acesso em 04 abr 2010.

REIS, J. A globalização como metáfora da perplexidade? Os processos geo-econômicos e o “simples” funcionamento dos sistemas complexos. In: Santos, B.S. (org). A globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

REIS, J. Ensaios de Economia Impura. Coimbra: Edições Almedina, 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Projeto de Desenvolvimento Territorial. Não publicado, 2010.

STEINER, P. A Sociologia Econômica. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

STORPER, Michael. “Las economías regionales como activos relacionales”. Cadernos. 1999.

ZAOUAL, H. Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.